PROJETO Mulheres na Ciência Política

ABCP
Associação Brasileira
de Ciência Política

PROJETO Mulheres na Ciência Política

Coordenação: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda, Flávia Biroli, Luciana Tatagiba, Vanessa Elias de Oliveira

Comissão executiva: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda

Revisão e finalização: Bianca Florencio

Programação visual: Bruno Maggioni, Contágio Criação

Uma realização da Associação Brasileira de Ciência Política, sob a gestão (2018-2020) de Flávia Biroli (presidente), Fernando Guarnieri (secretário executivo), Luciana Tatagiba (secretária executiva adjunta), Ednaldo Ribeiro, Fabiano Engelmann, Luciana Ballestrin, Maria Dolores Lima da Silva, Mariana Batista, Monique Menezes, Ricardo Fabrino Mendonça, Rogério Arantes, Vanessa Elias de Oliveira.

ABCP
Associação Brasileira de Ciência Política

ENTREVISTAS

1. **Argelina Figueiredo (UERJ)**, por San Romanelli Assumpção
2. **Céli Pinto (UFRGS)**, por Luciana Ballestrin
3. **Celina Souza (UNIRIO)**, por Maria Abreu
4. **Cristina Carvalho Pacheco (UEPB)**, por Lizandra Serafim
5. **Denise Paiva (UFG)**, por Fabiana da Cunha Saddi
6. **Eliane Superti (UNIFAP)**, por Camila Maria Risso Sales
7. **Evelina Dagnino (UNICAMP)**, por Flávia Cristina Regilio Rossi
8. **Gabriela Tarouco (UFPE)**, por Monique Menezes
9. **Lígia Helena Hahn Lüchmann (UFSC)**, por Carla Ayres
10. **Lindijane de Souza Bento Almeida (UFRN)**, por Olívia Cristina Perez
11. **Lourdes Sola (USP)**, por San Romanelli Assumpção
12. **Luciana Aliaga (UFPB)**, por Lizandra Serafim
13. **Maria Hermínia Tavares de Almeida (USP)**, por Vanessa Elias de Oliveira
14. **Maria Luzia Álvares (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva
15. **Maria Regina Soares de Lima (UERJ)**, por Letícia Pinheiro e Carlos Milani
16. **Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP)**, por Carla Ayres
17. **Maria Teresa Sadek (USP)**, por San Romanelli Assumpção e Glenda Mezarobba
18. **Maria Victoria de Mesquita Benevides (USP)**, por San Romanelli Assumpção e Glenda Mezarobba
19. **Maria de Fátima Junho Anastasia (UFMG)**, por Helga do Nascimento de Almeida
20. **Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)**, por Carla Ayres
21. **Marilde Loiola de Menezes (UnB)**, por Danusa Marques
22. **Marlise Matos (UFMG)**, por Breno Cypriano
23. **Marta Arretche (USP)**, por Luciana Martins
24. **Mônica Mata Machado de Castro (UFMG)**, por Claudia Feres
25. **Monique Menezes (UFPI)**, por Camila Maria Risso Sales
26. **Nírvia Ravena (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva
27. **Rachel Meneguello (UNICAMP)**, por Luciana Tatagiba
28. **Raquel Kritsch (UEL)**, por Carla Almeida
29. **Sônia Draibe (UNICAMP)**, por Vanessa Elias de Oliveira
30. **Vera Chaia (PUC-SP)**, por Natasha Bachini

O PROJETO

A Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) tem um compromisso histórico com a compreensão e o aprimoramento da Ciência Política no Brasil. É neste sentido que, no momento atual, se volta para as relações de gênero e analisa as diferentes formas como essas relações estruturam os contornos do nosso campo disciplinar e o exercício da profissão. Nosso objetivo com esse projeto é duplo. Por um lado, buscamos dar continuidade a esforços das diretorias que nos precederam no sentido de resgatar nossa memória institucional. Por outro lado, queremos evidenciar a contribuição das mulheres na construção dos alicerces de nossa disciplina, algo nem sempre devidamente considerado.

O Projeto Mulheres na Ciência Política se iniciou em 2018. Uma de suas frentes, desenvolvida ao longo de 2019, foi a realização de entrevistas com mulheres que atuam na área. São mulheres de diferentes gerações e regiões do país, cujas trajetórias denotam forte compromisso com a construção e consolidação da Ciência Política, por meio das atividades de pesquisa, de ensino e do desempenho de funções administrativas em diferentes âmbitos.

Ao todo, foram 30 entrevistas, que agora tornamos públicas. Contamos com o trabalho e apoio qualificado de 23 entrevistadoras, também da área de Ciência Política, com afinidades teóricas e, em muitos casos, parcerias e proximidade afetiva com as entrevistadas. A todas elas, entrevistadas e entrevistadoras, agradecemos por terem aceitado fazer parte desse projeto, por sua seriedade, compromisso e afabilidade em todo o processo. Nos encontros que resultaram nas entrevistas aqui reunidas, a produção do conhecimento e a afetividade estiveram entrelaçadas. Para nossa Diretoria, essa dimensão do projeto foi algo muito valioso, visto encarnar nossa aposta em uma forma de produção do conhecimento que seja ao mesmo tempo rigorosa e solidária, onde o cuidado de si e o cuidado do outro não sejam contrapostos à produção intelectual, mas seu ingrediente ineludível.

Vemos essas entrevistas como um momento inicial dos esforços da ABCP para reconhecer a relevância das cientistas mulheres e melhor entender quem são, suas trajetórias e se, e como, o fato de serem mulheres toca seu desenvolvimento acadêmico e profissional. Esperamos que outros esforços se somem a esses e mais trajetórias possam ser conhecidas.

Para além da visibilidade, nosso objetivo é contribuir para a reflexão sobre relações de poder no próprio campo. As entrevistas, assim como o livro Mulheres, poder e Ciência Política, organizado pelas coordenadoras do projeto e que será publicado pela Editora da Unicamp no ano de 2020, oferecem diferentes tipos de dados e experiências narradas que permitem identificar vieses e problemas que merecem nossa atenção.

Iniciamos esta breve apresentação mencionando o compromisso da ABCP com a compreensão e aprimoramento da Ciência Política no Brasil. Gostaríamos de finalizar o texto ressaltando que nosso entendimento é que isso envolve a construção de relações mais igualitárias e democráticas, dentro e fora da academia e da disciplina. Há muitos desafios para a produção do conhecimento e, também, para a reinvenção das relações de gênero, de modo que violência, assédio e a reprodução de práticas formais e informais que significam desvantagens para as mulheres sejam superadas.

Flávia Biroli (presidente Abcp)

Fernando Guarnieri (secretário executivo)

Luciana Tatagiba (secretaria adjunta)

Diretoria ABCP 2018-2020

NOTA DA COMISSÃO EXECUTIVA

O Projeto Mulheres na Ciência Política traz a público trajetórias profissionais femininas que marcaram a constituição e a expansão desse campo disciplinar no Brasil. Ao longo dos anos de 2018 e 2019, ele promoveu a entrevista de 30 cientistas políticas brasileiras de diferentes gerações, regiões e instituições. Temos clareza de que se trata de um conjunto muito reduzido de profissionais de uma área cujos esforços de estabelecimento e expansão foram significativamente femininos. Com intenção apenas exploratória – que poderá ser ampliada e aprimorada no futuro – o projeto contemplou mulheres que iniciaram sua formação em fins dos anos 60 e 70 e empreenderam as primeiras ações de institucionalização da Ciência Política no país, mulheres que participaram ativamente do processo de consolidação da Ciência Política nas décadas seguintes e, por fim, mulheres que atuaram na expansão experimentada pela área no Brasil, notadamente nos anos 2000, com a criação de novos programas de graduação e pós-graduação pelo território nacional.

Nessa empreitada, contamos com uma equipe de 23 colegas entrevistadoras que tinham ou tiveram alguma relação prévia com as entrevistadas, seja de orientação, vida profissional em comum, e/ ou afinidade e admiração intelectual. A elas agradecemos a generosa disponibilidade e também o entusiasmo com que acolheram o projeto. A partir de um roteiro semiestruturado proposto pelas organizadoras deste projeto após debate amplo, as entrevistadoras atuaram com liberdade e acrescentaram suas próprias questões às entrevistadas, ao sabor do próprio curso das entrevistas e também de suas cumplicidades com as entrevistadas. O material farto que resultou desse empreendimento coletivo tem traços comuns que permitem estabelecer comparações entre as entrevistas, mas tem também marcas das interações muito particulares entre entrevistadas e entrevistadoras. Na organização do material, além de pequenos textos livres de auto-apresentação das entrevistadas, incluímos também trechos em que as entrevistadoras comentam sua experiência de entrevista e, assim, dividem com o leitor elementos para que possam compreender seu contexto de interação.

Evidentemente, as entrevistas não esgotaram a pluralidade das trajetórias das mulheres partícipes da construção e expansão da área no país e deixaram de fora centenas delas. Entretanto, a preocupação em contemplar diferentes gerações, regiões e filiações institucionais gerou um corpus discursivo multifacetado, rico e suscetível a diferentes perguntas de pesquisa e interpelações analíticas. A expectativa é de que esse material inspire outras iniciativas que ampliem nosso conhecimento sobre a Ciência Política, a presença das mulheres e outros marcadores de desigualdade que fizeram e fazem parte da construção desse campo disciplinar no país.

Carla Almeida

Cristina Buarque de Hollanda

Comissão Executiva do Projeto Mulheres na Ciência Política

Nota introdutória

VANESSA ELIAS DE OLIVEIRA

Relato aqui a entrevista que realizei com a professora Maria Hermínia Tavares de Almeida na tarde do dia 12 de fevereiro de 2019, em seu apartamento no Jardim Paulistano, São Paulo.

A professora Maria Hermínia foi minha orientadora de IC, mestrado e doutorado. Depois de anos de orientação, nossa relação se modificou, deixando de ser exclusivamente profissional/acadêmica. Maria Hermínia é uma amiga querida que admiro muito e com quem aprendi muito mais do que Ciência Política. Por isso, para mim, foi um prazer imenso entrevistá-la e saber mais sobre a sua trajetória e sobre uma série de coisas da Ciência Política brasileira que eu desconhecia.

Maria Hermínia mostrou-se interessada no projeto Mulheres na Ciência Política brasileira e, rapidamente, aceitou meu convite para a entrevista. Após um agradável almoço, fomos para a sua casa, local em que a entrevistei. Em vários momentos da conversa, ela citou uma série de colegas e professores que foram importantes em sua formação e trajetória, o que me chamou a atenção. Sempre a considerei uma pessoa com capacidade de aglutinar e de gerar a cooperação necessária para os processos de construção e consolidação institucional. Sua lembrança constante de colegas e amigos de profissão reforça esse aspecto que sempre me pareceu sua marca pessoal.

Tendo feito graduação em Ciências Sociais na USP e Sociologia na Flacso, no Chile, ela retornou ao Brasil e logo se matriculou no doutorado em Ciência Política com o Francisco Weffort, que a convidou para lecionar na USP. No entanto, o seu nome foi barrado na universidade por conta dos entraves colocados pelo regime autoritário, o que a levou para a Unicamp. Lá, ela ajudou a montar o curso de pós-graduação e lecionou por 14 anos. Depois veio para USP e contribuiu para o departamento de Ciência Política, para a criação e consolidação do Instituto de Relações Internacionais (IRI/USP) e também atuou como Ouvidora da USP após sua aposentadoria.

Ela sempre esteve vinculada ao Cebrap e hoje atua exclusivamente como pesquisadora do Centro. Achei bonita a forma como fala da importância dessa instituição em sua vida acadêmica – o apoio ali recebido, o espaço de debates e de aprendizado intelectual.

Sobre a questão de gênero, Maria Hermínia diz não ter sofrido, dentro da área, preconceitos ou dificuldades – o que foi reconfortante de ouvir!

Após uma hora de agradável conversa, Maria Hermínia agradeceu a oportunidade de falar sobre sua trajetória e eu agradeci a oportunidade de interagir um pouco mais com ela, com quem sempre aprendi e continuo aprendendo. Como já disse, foi emocionante ouvi-la, sobretudo porque ela sempre me ouve e me aconselha; quando tenho dúvidas sobre os caminhos e escolhas profissionais, é a ela a quem recorro. A entrevista só reforçou a admiração e o carinho que tenho por Maria Hermínia, que muito contribuiu para a consolidação da Ciência Política brasileira, mas que foi, também, muito importante para seus alunos e alunas, orientandos e orientandas.

Auto-apresentação

MARIA HERMÍNIA TAVARES DE OLIVEIRA

Atualmente, sou pesquisadora sênior do Cebrap e professora titular aposentada do departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e do Instituto de Relações Internacionais, atuando nos Programas de Pós-Graduação em Relações Internacionais e em Ciência Política da USP. No Cebrap, coordeno o Programa Internacional de Pós-doutorado.

Possuo graduação em Ciências Sociais (1969) e doutorado em Ciência Política (1979) pela Universidade de São Paulo e pós-doutorado pela *University of California*, em Berkeley (1984). Cientista Política, tenho experiência nas áreas de políticas públicas e instituições políticas, especializando-me, principalmente, nos seguintes temas: políticas públicas, opinião pública e política externa.

Fui diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP (2010-2013); pesquisadora visitante do *Institute of Latin American Studies* da *University of London* (1992); *Tinker Visinting Professor* da *Stanford University* (1996); professora visitante do doutorado em América Latina do Instituto Ortega y Gasset (2000-2002); professora visitante do departamento de Ciência Política da *Université de Montréal* (2006); pesquisadora visitante do *Institute Brazil do King's College*, *University of London* (2012) e pesquisadora visitante do *Wissenschaft Zentrum Berlin* – WZB (2014).

Participei do Comitê Executivo da *Latin American Studies Association* (2001-2004), do Comitê Executivo da *International Political Science Association* (2006-2009) e fui presidente da Associação Brasileira de Ciência Política (2004-2008) e da *Latin American Studies Association* (2010-2012) e do *Council of Eminent Persons* do economista-chefe do Banco Mundial (2013-2016).

Atualmente, sou membro do Conselho Assessor do *Brazil Institute e do Latin American Program do Woodrow Wilson Center for Scholars* (Washington), da Comissão Acadêmica da *European Union – Latin America and the Caribbean Foundation* (EU-LAC Foundation). Fui agraciada pela Presidência da República com a Ordem Nacional do Mérito Científico, na classe Comendadora (2006), e recebi o Prêmio de Excelência Acadêmica em Ciência Política conferido pela ANPOCS (2013). Dentre as minhas publicações, destacam-se o livro "Crise econômica e interesses organizados" (1992) e "*Latin American responses to the rise of Brazil*" (2016), com Gian Luca Gardini.

Entrevista

Vanessa Elias de Oliveira: *Em primeiro lugar, obrigada, Maria Hermínia, por aceitar conversar conosco neste projeto. O primeiro bloco de perguntas da entrevista é sobre a trajetória na Ciência Política. Você poderia falar um pouco sobre a sua trajetória profissional, formação e filiações institucionais?*

Maria Hermínia Tavares de Almeida: Me formei em Ciências Sociais no momento em que a Sociologia e a Ciência Política não estavam ainda tão separadas. Terminei o curso de Ciências Sociais em 1969 e fui fazer mestrado em Sociologia na Flacso Chile [*Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales*]. Cheguei em 1970 e saí em 1972, ou seja, antes do golpe que derrubou Salvador Allende em 11 de setembro de 1973. Antes de ir para a pós-graduação, ainda no último ano da graduação, fiz um trabalho final de curso, juntamente com meu colega Cassiano Marcondes Rangel, para [Francisco] Wefffort sobre greves durante o governo Goulart (1961-64). Fizemos o levantamento em jornais e passamos noites na hemeroteca da Biblioteca Municipal. Foi o primeiro levantamento feito sobre o assunto. Ele indicava que as greves ocorriam, especialmente, no setor público produtivo, de serviços e da administração. Ou seja, a base sindical do governo Goulart eram os assalariados do setor público. Me formei em 1969, no momento em que o Cebrap [Centro Brasileiro de Análise e Planejamento] se constituiu por iniciativa de professores da USP [Universidade de São Paulo] que haviam sido aposentados compulsoriamente com base no Ato Institucional nº 5 – AI-5. Weffort, que não foi cassado, foi para lá e abriu a possibilidade de eu ir também, mas decidi ir para a Flacso Chile, em que fui aceita por indicação de Fernando Henrique Cardoso. Ele me perguntou se eu queria ir e, no mesmo momento, aceitei! Eu estava tentando sair do país, porque queria mais tempo para estudar – trabalhava o dia inteiro na divisão de Fascículos da Editora Abril Cultural – e também porque a situação era muito ruim: muitos colegas e amigos estavam sendo presos, torturados e, alguns, mortos pelos órgãos de repressão. Cheguei a aplicar para algumas universidades americanas como Columbia, mas acabou aparecendo essa oportunidade e fui. Fiz a formação de mestrado em Santiago, na Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais, e vim para São Paulo quando terminei os créditos – e antes de entregar a dissertação, que nunca cheguei a completar. Weffort já havia me inscrito no doutorado na USP. Não tinha seleção formal naquela época, cada professor escolhia os estudantes que orientaria. Assim, quem vinha da USP e era conhecida dos professores levava vantagem. Quando cheguei de Santiago do Chile, já estava matriculada na pós-graduação e Weffort tinha encaminhado a minha contratação para a área de Ciência Política dentro do departamento de Ciências Sociais da USP. A contratação foi aprovada pelo departamento de Ciências Sociais, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, mas foi barrada no que chamava então de "terceiro estágio", ou seja, no controle político que era feito pela Assessoria Especial de Segurança e Informação Institucional [AESI] da reitoria da USP. A AESI fazia a triagem político-ideológica com base em dados fornecidos pelos órgãos de informação e repressão da ditadura: SNI, Deops, DOI-Codi... Quando minha contratação ainda tramitava, fiz um seminário na Unicamp [Universidade Estadual de Campinas] e Paulo Sérgio Pinheiro, que era professor do Conjunto de Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas [IFCH], perguntou: "Você não quer vir para a Unicamp?". Na verdade, eu havia sido recomendada por Carlos Estevam Martins, meu amigo e professor de Ciência Política do IFCH. Estávamos nesse processo de conversa quando um professor do Conjunto de Política, Roberto Gambini, teve uma crise existencial, em janeiro, e resolveu mudar de profissão. Então me chamaram para começar a trabalhar em março.

VEO: *Crise existencial mesmo!*

MHTA: É. O chefe da Ciência Política era Michel Lebrun, que me disse: "Se você quiser vir, tem de ser agora para dar uma disciplina, nesse semestre, sobre pensamento político brasileiro". E completou, com seu sotaque arrastado – era francês: "você 'certamente' está mais do que capacitada para tal". Nunca tinha visto esse assunto na vida! Hoje em dia, os cursos de graduação têm muitas disciplinas sobre o tema, mas, no meu tempo, a USP não tinha. Consultei Leôncio Martins Rodrigues, que fora meu professor e era meu amigo, como estava andando a minha contratação na USP. Ele foi à reitoria e voltou me dizendo: "Aqui você não vai entrar, melhor ir para a Unicamp". Já estava contratada na Unicamp quando a decisão – negativa – sobre o meu contrato na USP saiu. Graças ao historiador Rodrigo Pato Sá Mota, que fez um lindo livro sobre a repressão nas universidades – As Universidades e o regime militar, de 2014 –, hoje tenho toda a documentação da AESI que fundamentou a decisão da reitoria da USP. Fui para a área de Política na Unicamp, na qual fiquei por 14 anos. A Unicamp era uma universidade muito interessante, pois era muito nova e vibrante. Quando entrei, lecionei para o último ano da segunda turma de Ciências Sociais.

VEO: *Era o começo da universidade.*

MHTA: Sim. Dei aula para os hoje professores Armando Boito, Francisco Foot Hartman, Wilma Peres, que estavam no último ano do curso de Ciências Sociais. Tudo era muito informal e muito pouco hierarquizado, o que me deu a oportunidade de participar da construção da área. Participei da formação do mestrado e da discussão da criação do doutorado interdisciplinar, que lá existiu durante muito tempo. Ou seja, foi um presente que a ditadura me proporcionou (risos). Se tivesse ido para a USP, encontraria colegas que tinham sido meus professores e uma instituição já consolidada e estruturada. O poder da área de Humanas, da FFLCH [Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas], era grande, mas era muito menor do que na Unicamp, o que me deu a oportunidade de aprender muito sobre construção institucional. Toda vez que vou lá, faço questão de dizer que tenho uma dívida com aquela universidade. Nós tínhamos que fazer um pouco do que vocês estão fazendo hoje na UFABC [Universidade Federal do ABC]. Tivemos que montar uma pós-graduação, então fui estudar como fazer e de que jeito. Carlos Estevam Martins era um intelectual brilhante e muito cheio de ideias, quase todas ótimas e muitas delas impraticáveis (risos). Tive uma experiência muito boa, muito boa lá. No começo dos anos de 1980, Vilmar Faria, que apesar de sociólogo estava conosco no Conjunto de Política, veio com a ideia de que tínhamos que olhar a questão das políticas públicas, especialmente as políticas sociais. O diagnóstico era que o país mudava e logo se redemocratizaria e precisávamos ter um centro de estudo de políticas públicas. Criamos um grupo interdisciplinar com colegas da Economia e da Antropologia. Fizemos muitos seminários e discussões. Como em todo departamento universitário, havia muita discussão e divergência na área de Política. Então começamos a pensar em como proteger nosso projeto daqueles embates. Vilmar e eu decidimos falar com o Paulo Renato de Souza, que depois viria a ser Ministro da Educação de Fernando Henrique Cardoso e que estava no departamento de Economia. Estávamos neste pé quando Paulo Renato se elegeu reitor da Unicamp e decidiu: "Faremos um núcleo de pesquisa". Não havia núcleos de pesquisa na universidade. Ele os criou e Vilmar, eu e outros colegas criamos o Núcleo de Estudos e Pesquisas de Políticas Públicas da Unicamp.

VEO: *O Nepp [Núcleo de Estudos de Políticas Públicas].*

MHTA: O Nepp. O primeiro diretor foi o professor de Economia Jorge Miglioli e eu assumi em seguida. Sob a minha gestão, o Nepp não prosperou muito; sob a direção da cientista política Sonia Draibe, virou uma coisa grande e importante! Porque se tem uma coisa que não sei fazer é negociar

recursos! Sei fazer pesquisa, ensinar, mas negociar recursos não sei. Ela transformou o núcleo em algo muito maior e mais importante do que era na minha época. Foi um processo muito interessante, porque começamos a chamar as pessoas que estavam lidando com a política pública, ou se organizando para fazer isso – os sanitaristas, os educadores. Fazíamos seminários, foi um processo bonito, mas demorou, porque, nesse meio-tempo, houve uma greve imensa contra o governador Paulo Maluf que paralisou tudo. Vilmar e eu fomos à Fundação Ford, que nos deu uma verba institucional para ser usada da maneira que quiséssemos, mas que não deu conta de tudo, evidentemente. Foi muito importante negociar esse recurso, pois permitiu que criássemos o Nepp. Além da universidade, sempre tive outros vínculos: no Cebrap, durante um certo tempo, e depois fui para o Idesp [Instituto de Estudos Econômicos Sociais e Políticos de São Paulo], que havia sido criado pelo Bolívar Lamounier e por Sérgio Miceli. Trabalhei na pesquisa História das Ciências Sociais coordenada por Miceli. Em 1987, Sônia Draibe já tinha assumido o Núcleo de Políticas Públicas e o José Augusto Guilhon Albuquerque e o Álvaro Moisés me convidaram para ir para a USP. Um dia, estava no Idesp e Moisés me disse: "Sei que você está muito bem na Unicamp, mas queria saber se você não quer vir para a USP, porque está havendo uma divisão departamental na qual o departamento de Ciências Sociais vai se dividir em Ciência Política, Sociologia e Antropologia. Nós estamos montando o departamento de Ciência Política e trazendo pessoas de fora. Eu queria saber se você gostaria de vir". Respondi que gostaria, mas não foi fácil sair da Unicamp. Pensei que, se ficasse, provavelmente permaneceria a vida inteira na mesma instituição e eu queria tentar uma experiência acadêmica nova. Por outro lado, vinha da USP e tinha aquela coisa engasgada do meu contrato que não tinha saído. Enfim, fui para a USP e continuei no Idesp por um bom tempo, até 1992 – fui para o Idesp por volta de 1985, ou 1986.

VEO: *Quando você foi para a USP?*

MHTA: Em agosto de 1987. O José Augusto e o Moisés tinham um projeto ambicioso e aberto, eu não era a única pessoa convidada. Eles trouxeram também Maria D'Alva Kinzo, que estava no departamento de Sociologia da Unicamp, Simon Schwartzman e Boris Fausto que, na época, estava trabalhando só na consultoria jurídica da universidade. Fizeram um acordo com Guillermo O'Donnell pelo qual ele ficaria três meses na USP e o restante do tempo ele estava em Notre Dame. José Augusto e o Moisés convidaram outras pessoas também, mas elas acabaram não vindo. Fiz o meu doutorado na USP depois que voltei do Chile. Não me lembro exatamente em que ano entrei, mas lembro que imediatamente depois foi criado o programa de pós-graduação, acho que é de 1974 ou 1975. Fiz o doutorado com o Weffort, que tinha um seminário bem divertido com seus alunos. Ele tinha alunos vindos do Rio também. Fui colega de Celina do Amaral Peixoto, então casada com Wellington Moreira Franco, que também estava fazendo pós-graduação e logo entraria para a política, de Luiz Werneck Vianna, Eli Diniz, a Isabel Picaluga. Era um grupo interessante. Terminei o doutorado em 1979, quando já havia sido contrata pela Unicamp. Fiz meu doutorado sobre as origens da legislação trabalhista nos anos de 1930. Continuei trabalhando sobre sindicalismo e política quando surgiu aquela ideia do Vilmar, já no começo dos anos de 1980, de criar um grupo de políticas públicas. Tratei de me aproximar dessa área. Fui para Berkeley, passei três ou quatro meses lá em uma espécie de *pós-doc* no Instituto da América Latina da Universidade da California. Foi um tempo muito proveitoso e bem interessante. Depois fiquei na USP até me aposentar, em 2013. Por volta do ano 2000, o então reitor da USP, professor Jacques Marcovitch, fez uma consulta a alguns departamentos – Economia, Ciência Política e Direito – sobre a possibilidade de criar uma graduação em relações internacionais. Não era a minha área de atuação, mas eu era a chefe de departamento na época. Havia três pessoas que estudavam relações internacionais, mas um não falava com o outro, eram todos brigados! Diante desse impasse que ninguém conseguia arbitrar, fui para a comissão que estudaria a formação do curso e comecei a me interessar pelo tema. A situação da

Faculdade de Filosofia não era fácil, com muitas disputas de natureza política. Não era fácil, como chefe de departamento, ter que assistir àquelas reuniões longuíssimas da Congregação. Eu me sentia um peixe fora d'água. Assim, resolvi atravessar a Avenida Luciano Gualberto – que separa a FFLCH da Faculdade de Economia e Administração (risos) – e participar da montagem do curso de bacharelado em relações internacionais, que durante muito tempo ficou sediado na FEA [Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária]. Para a nossa surpresa, houve um grande sucesso de público. Nós iniciamos o curso ainda tateando, mas os alunos eram excelentes! Aos poucos, fomos acertando a graduação. O curso era interdisciplinar, estava alojado fisicamente na Faculdade de Economia, mas tinha professores que eram da Ciência Política, da Economia, da História e do Direito. Por essa situação ele "ficava pendurado" na pró-reitoria de graduação, o que era esquisito. Enfim, era uma situação muito instável. O professor Jacques Marcovitch, que tinha acabado de deixar a reitoria, disse: "Por que não pedimos para fazer um instituto especializado?". Institutos especializados são unidades da USP, em geral organizados em torno de um campo de pesquisa.

VEO: *Como o IEA [Instituto de Estudos Avançados]?*

MHTA: Sim. Há cerca de nove ou dez na USP, em diversas áreas. Sempre houve muito apoio da reitoria para o curso de relações internacionais. Os alunos eram muito bons, ficavam entre a segunda e a quarta na nota de corte do vestibular. Na gestão do professor João Rodas, o qual tinha sido do conselho do curso, como todo instituto especializado soubemos que haveria processos de transformação de alguns institutos e unidades da USP e essa foi a oportunidade de apresentarmos um projeto para transformar o IRI em unidade da USP como são a FEA, a FFLCH, a Faculdade de Direito etc. Me tranquei em minha sala para fazer um projeto com começo, meio e fim. Mas tínhamos muito poucos professores, menos do que o mínimo exigido para formar um departamento. Sempre brinco que a segurança na entrada do campus deve ter mais funcionários do que nosso instituto especializado de relações internacionais! Essa foi uma experiência única para mim. Um renascimento. A verdade é que, na Unicamp, quando entrei, as coisas estavam sendo montadas, mas, no caso do Instituto de Relações Internacionais, pude acompanhar tudo desde o momento zero e em uma situação em que eu podia desempenhar um papel importante. Na Unicamp, não fora assim, estava no começo da carreira. Eu já estava no final dela quando criamos primeiro o curso de graduação e depois do Instituto de Relações Internacionais. Foi uma experiência muito importante: coordenei a graduação e depois me tornei vice-diretora e diretora em 2009. Me aposentei ao final do mandato de quatro anos. Quando estava para sair da USP, Angela Alonso, então diretora científica e depois presidente do Cebrap, me procurou e disse que estavam tentando trazer pessoas mais velhas e seniores para a instituição. Começamos a conversar, pois achei que precisava sair mesmo do IRI, pois os colegas que ficavam eram mais jovens na carreira e se eu lá permanecesse iria atrapalhar todo mundo e talvez eu me atrapalhasse também! A ideia foi sair enquanto ainda queriam que eu ficasse (risos). Fui para o Cebrap pela terceira vez! Tinha ido ao final da graduação, depois estive no começo dos anos 1980, quando trabalhava na Unicamp, e voltei agora. O Cebrap é minha Ítaca! Tive muita sorte, porque, no processo de institucionalização da pós-graduação, todos nós fomos levados a construir coisas: programas de pós, associações... A Anpocs [Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais] surgiu assim: de um seminário feito no Iuperj [Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro] intitulado "A Institucionalização das Ciências Sociais no Brasil". Eu estava na Unicamp e o pessoal do Rio tinha muito medo da USP, por isso chamaram Weffort que, naquela altura, estava também no Cebrap para participar – era da USP, mas estava no Cebrap. A reunião estava montada para criar uma associação. O Olavo Brasil de Lima Júnior, que era um gênio nessas questões institucionais, já havia montado quase tudo. No final disso, criamos a Anpocs, Weffort foi para a presidência e eu, para o

conselho fiscal. Acho que foi em 1979. Algum tempo depois, o Cândido Mendes fundou uma Associação de Ciência Política que ficava sob a sua batuta; não existia aqui, mas existia no exterior. Em algum momento do qual não me recordo mais a data, nós conseguimos reviver isso. Mais uma vez, o Olavo teve um papel muito importante. Marcamos uma reunião e conversamos muito sobre como organizar a associação. De alguma maneira, o projeto ficou em banho-maria até que a Lourdes Sola resolveu assumir a associação, tirando-a do papel. A associação existia, mas foi a Lourdes que tirou a ABCP [Associação Brasileira de Ciência Política] do limbo. Participei da criação da Anpocs, do renascimento da ABCP e, obviamente, nesse processo, também participei de diversos comitês. Fui do CA [Comitê Assessor] do CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico], acho que em 1985, logo no começo do governo Tancredo Neves. E depois fui para a Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior], na qual fiz a trajetória completa: fui do CA, do Conselho Técnico Científico e do Conselho Superior. Meu último ano já foi sob a gestão do Renato Janine, depois da eleição de Lula, em 2002. Fui também do Clacso – Conselho Latino Americano de Ciências Sociais – durante um período longo, no começo dos anos de 1980. O Clacso foi fundado por um grupo de acadêmicos muito qualificados, havia vários argentinos, era muito pequeno no início e basicamente acadêmico. Depois foi se expandindo e acompanhei parte desse processo ao fim do qual ele se tornou outra coisa, hoje ele é quase uma rede de ongs, um universo muito politizado, o que não era inicialmente e com poucas organizações efetivamente acadêmicas e muitas organizações de ação, e não era isso. Peguei o começo desse processo. Se você quisesse incorporar alguém do Peru, em geral os colegas estavam nesse meio do caminho: entre a ação e a vida acadêmica, que não estava institucionalizada. Mas foi uma experiência boa, porque já tinha feito uma experiência muito rica no Chile. O programa de pós-graduação da Flacso Chile era internacional, então éramos cada um de um país diferente, o que foi uma vivência muito importante. Mas no Clacso foi mais importante, porque era formado por instituições e pesquisadores mais maduros. Convivi com pessoas muito interessantes de diversas partes da América Latina e foi nesse contexto que constituí a minha rede acadêmica latino-americana.

VEO: *E nessa sua trajetória, como você definiria suas principais áreas de interesse de pesquisa? Você já falou um pouco, mas...*

MHTA: Comecei estudando ação sindical, depois fui para políticas sociais, no Nepp, em algum momento expandi minhas preocupações para incluir a relação entre federalismo e a reforma das políticas sociais sob a democracia – fui mudando de tema. Quando fiz a transição para o Instituto de Relações Internacionais, acabei trabalhando com uma questão que se situa na interseção entre relações internacionais e Ciência Política, qual seja o da opinião pública sobre questões internacionais e de política externa..

VEO: *Quais foram ou quais são as principais influências sobre o seu trabalho? Obras, autores e teorias.*

MHTA: Não sei dizer assim, mas... A grande influência veio de meu orientador, Francisco Weffort, com os estudos sobre populismo, partidos comunistas e sindicatos. Essa foi claramente uma grande influência. Também sofri uma influência muito forte do Fernando Henrique Cardoso, porque convivemos muito no segundo momento em que fui para o Cebrap. Quando estava na graduação, não tinha certeza exatamente do que ia fazer e tinha uma atração enorme pela Antropologia, tive excelentes professores. Fiz vários cursos com a Eunice Durham e Ruth Cardoso, que tinha voltado de Paris e feito um curso com o Lévi Strauss – e compartilhou conosco muito do material que viu na disciplina em Paris. Até o final do curso, não sabia se ia para a Antropologia ou para a Ciência Política. Acho que fui para a política um pouco porque a situação do país chamava. A Eunice foi uma pessoa muito importante, porque era completamente iconoclasta e nós éramos todos marxistas

radicais na graduação. No primeiro dia que ela nos deu aula, disse que o livro *Origem da propriedade privada, da família e do Estado* era uma bobagem! "Está tudo errado!", assim ela começava o seu curso. E nos fazia ler Malinowski e outros antropólogos para discutir e criticar modelos de explicação inspirados no evolucionismo. Ela teve uma influência grande sobre mim e depois disso ficamos muito amigas. Fiz excelente curso de sociologia do trabalho com Leoncio Martins Rodrigues, outro iconoclasta. Esses cursos me abriram a cabeça para uma porção de coisas. A USP era um lugar muito fechado, com uma comunidade acadêmica muito voltada para dentro de si. Quando eu ainda estudava a ação sindical, a Unicamp recebeu, durante um semestre ou dois, a visita do sociólogo político argentino – como denominávamos à época – Juan Carlos Torres, de quem fiquei muito amiga e me abriu as portas para uma imensa literatura que não conhecia. Essa coisa de argentino mesmo, eles eram muito mais conectados do que nós. Escrevi um livrinho, que vai sair agora em Portugal, sobre os 25 anos bons no Brasil.

VEO: *Que legal!*

MHTA: As minhas dedicatórias são aos três: ao Weffort, à Eunice e ao Fernando Henrique; e depois também ao Juan Carlos, que foi uma influência grande e um importante parceiro intelectual, inteligentíssimo e cheio de ideias. Foi uma pessoa importante na minha formação.

VEO: *Em termos de apoio financeiro e institucional, você contou com um bom suporte para seguir as áreas de pesquisa que lhe interessavam?*

MHTA: No passado não era tão institucionalizado como hoje. Contei com a Fapesp [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo] desde sempre. Fui para o Chile fazer o mestrado com bolsa da Fapesp, assim como o meu doutorado; sempre tive esse suporte. Não era propriamente dinheiro para fazer pesquisa, mas ajudou. No tempo do Nepp, não só teve a dotação da Fundação Ford, que foi importante para montar um núcleo e uma área de pesquisa, como também vieram recursos do Inep [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira] para certos projetos. Em algum momento, entrei no sistema do CNPq como bolsista, mas já nem me lembro como foi. Acho que, basicamente, a instituição que mais me deu recursos e apoios foi a Fapesp até agora.

VEO: *Isso é um bom sinal! Sobre a relação entre a trajetória acadêmica e a vida privada. A sua trajetória profissional foi afetada pela vida privada e vice-versa? Como foi?*

MHTA: Me casei três vezes. Na profissão, sempre recebi muito apoio, mas sempre tive o problema de não poder ficar muito tempo fora, pois meus parceiros não eram acadêmicos. Recebi um convite, uma vez, para ficar um ano dando aula em Chicago, mas não consegui aceitar. Não dava, porque estava casada com o jornalista Luíz Weis, que tinha trabalho aqui. Continuo casada com ele. Sempre fui pouco ao exterior por causa disso. Tirando essa situação, acho que em nada mais o casamento afetou minha carreira a não ser no bom sentido, de apoio afetivo. Não pude fazer um *pós-doc* longo no exterior, passar uma temporada mais longa, além de quatro meses. Mas nem eu mesma queria, porque me desorganizava bastante a vida familiar.

VEO: *Você acredita que a relação entre a vida privada e a sua atuação profissional se dá de maneira semelhante com colegas homens? Ou você vê alguma diferença nesse sentido da relação com a vida privada e profissional entre a experiência de colegas homens e mulheres?*

MHTA: Nunca pensei muito nisso. Se você olhar para o que acontece no Brasil – não para mim – claro que é! Existe um estudo antigo na USP sobre trajetórias de carreira no qual as mulheres não

chegavam até o final, poucas se tornam professoras titulares. Hoje chegam mais. Fui a primeira Professora Titular do departamento de Ciência Política da USP.

VEO: *É mesmo?*

MHTA: Antes de mim, não houve uma mulher titular no departamento, apesar de haver mulheres muito melhores do que eu, como a Maria do Carmo Campello de Souza – que não fez a carreira, senão teria chegado –, a Célia Quirino – que se aposentou sem fazer toda a carreira. Acho que se você olhar no conjunto, tem sim diferenças e tem que ver outras questões correlatas, por exemplo, não tive filhos e acho que isso altera um pouco as possibilidades. Não tenho dúvidas de que são trajetórias diferentes e que para os homens é mais fácil. Tive um querido amigo, a quem adorava, que se chamava Carlos Estevam Martins, que se especializava em dizer coisas inconvenientes! Um dia ele disse para mim: "Vocês têm sorte de serem mulheres, porque não precisam dar em nada! Não dando em nada, ninguém vai cobrar vocês! Agora, nós, homens, sofremos pressão o tempo inteiro para sermos bem-sucedidos!". Eu ri muito! Ele dizia coisas absurdas para as pessoas e por isso ninguém ficava ofendido.

VEO: *Trabalhei com ele na Fundap [Fundação do Desenvolvimento Administrativo]. Um dia ele me disse: "Até que para uma estudante de graduação você é bem espertinha!".*

MHTA: Muito irreverente e muito criativo. Mas o fato de eu ser mulher não atrapalhou a minha carreira, mas talvez tenha vivido em circunstâncias muito especiais. Acho que, no Brasil, é muito difícil para a mulher fazer uma carreira até o final, está ficando menos difícil, os homens estão se tornando mais cooperativos nas tarefas domésticas, mas assim mesmo essa dificuldade persiste. Quando estava no comitê da Capes, sobretudo no CTC [Conselho Técnico Científico], tinha que falar um pouco grosso, ou os colegas das áreas de ciências exatas não te ouvia. Tem essas coisas. No nosso meio, acho que isso nunca foi muito forte, pelo menos não senti assim; mas saindo um pouco da nossa área, sentia essa diferença. Estive no CNPq, na USP estive em uma comissão de avaliação de docentes e sentia a necessidade de falar enfaticamente para as pessoas me levarem em conta. Certamente a minha carreira não foi prejudicada por isso.

VEO: *O terceiro bloco de questões é sobre a condição de ser mulher na Ciência Política e a avaliação desse campo disciplinar no Brasil. Como você avalia os caminhos da academia e, mais especificamente do campo da Ciência Política no Brasil nas últimas décadas? Quais foram ou são suas virtudes e limites?*

MHTA: Conheço o campo de estudos sobre a situação da mulher, de estudos feministas de ler um pouco e do contato que tenho com uma amiga – essa sim é feminista atuante – Albertina Oliveira Costa. Tenho muita dificuldade de avaliar esse campo. Acho que no caso da Ciência Política, ele ainda é mais fechado, ainda persiste uma maioria de homens e poucas mulheres, mesmo que hoje em dia tenha mais. Comparando com a Antropologia e com a Sociologia, ainda tem menos mulheres na Ciência Política. Os grandes nomes ainda são, na maioria, masculinos. Por esta razão, os temas que passam pela condição feminina são um pouco obscurecidos, até de uma maneira que dificulta o nosso entendimento de certas questões. O movimento social popular é um movimento de mulheres, de um modo geral. São as mulheres que vão à rua lutar pela educação, limpeza e saúde. Tem muita mulher. Acho que os estudos sobre movimentos sociais, até certo momento, tiveram muita dificuldade em perceber isso, porque esse era um tema que não passava. Se formos olhar a literatura sobre política social, sobre o *welfare state* etc. também há um espaço mal observado. O Esping-Andersen afirma que há três modelos que se diferenciam pelo peso da família, do Estado e do mercado no provimento de proteção social: o socialdemocrata, que é o Estado provendo; o

conservador, no qual é grande o peso da família; e o modelo que ele chama de liberal, no qual predomina as ofertas do mercado. Esses três modelos são formas diferentes de articulação entre esses três setores. Família é mulher basicamente. E os nossos estudos espelharam muito pouco dessa dinâmica: do papel que a família e da mulher na família para garantir os cuidados mínimos na infância e com relação aos mais velhos. Isso é muito mais importante (no provimento de proteção social) no nosso país do que na Noruega ou na Suécia. Acho que temos um modelo no qual a família é importante fonte de proteção social e isso tem a ver com mulheres. A nossa literatura nunca se deu conta disso, nunca olhou para esse fenômeno.

VEO: *Pensando no quadro mais geral de desenvolvimento da disciplina, como a sua trajetória como professora e pesquisadora se situam nele?*

MHTA: Há dois planos. O primeiro é o institucional, do qual já falei bastante. A minha trajetória foi como a de muitos outros, de constituir instituições – isso, para mim, é claro. Na parte mais substantiva mesmo da Ciência Política, acho que fiz a trajetória que muitos fizeram: vim do marxismo, fui para um perfil mais gramsciano para incorporar o tema da democracia e passei para algo que é uma abordagem mais institucionalista. Acho que não tem nada de extraordinário aí, foi um movimento que muitos que tiveram uma formação marcada pelo marxismo fizeram. Diga-se de passagem, marxismo não era ensinado no curso.

VEO: *Não?!*

MHTA: Não tinha Marx no curso! De vez em quando aparecia algum texto, que líamos fora.

VEO: *Curioso! Você já falou um pouco, mas gostaria de saber mais como você avalia a sua condição de mulher na academia e na Ciência Política.*

MHTA: Bom, quem tem que avaliar são os outros, não eu. Tive uma formação familiar que estimulou muito a autonomia e a capacidade de autodefesa. Apesar de ser filha única, ninguém me protegeu do mundo – meus pais me formaram para o mundo. Não sei, não tenho ideia de como é. Tirando as situações em que tinha que falar mais forte para ser ouvida, não posso dizer que fui discriminada porque era mulher. Essa, provavelmente, não foi a situação das minhas colegas da faculdade de Medicina, sequer na faculdade de Economia e muito menos na faculdade de Engenharia. Acho que a área de Ciências Sociais é mais moderna nesse ponto de vista e tem pessoas importantes. A Eli Dinis é uma figura importante, a Elisa Reis também. A Sonia Draibe também, assim como a Maria Regina Soares de Lima. Estou pensando na minha geração, na anterior acho que não, creio que estavam bem mais apagadas mesmo. Na minha geração não senti. Em certos lugares, temos que nos impor, não é natural você se impor. Além da minha formação, li muito Simone Beauvoir com dezessete e dezoito anos, portanto a minha cabeça é muito formada por isso. Mas ela é uma figura importante. A leitura dela foi um processo importante. Estava no terceiro ano do colegial quando ela veio com o Sartre para cá – tinham vindo de Cuba. Tínhamos nos preparado, tínhamos lido aquelas coisas mais existencialistas, mas eles vieram falando de Cuba, de política. Fui a todos os eventos em que eles estavam! Fui a todas as conferências e até a Bienal quando a visitaram! Lembro que tinha uma amiga muito sensível que me disse em uma das conferências que assistíamos: “Repara, o Sartre está muito mais confortável na posição dele, a Simone o tempo inteiro tensa, o tempo inteiro se afirmando” e isso ficou na minha cabeça. Sou de uma geração que já está um pouco mais livre disso tudo.

VEO: *Você chegou a enfrentar alguma situação difícil por ser mulher ou nada que tenha te marcado?*

MHTA: Ah, sim! Um seminário no final da União Soviética, em Moscou. Foi a coisa mais constrangedora que já vivi na minha vida, porque os russos olhavam seu decote e diziam coisas inconvenientes. Uma situação horrorosa! Mas aqui não, nunca tive nenhum problema aqui seja lá com quem for.

VEO: *Como você avalia as demandas relativas a gênero que vem assumindo mais força nos últimos anos no mundo do trabalho, inclusive nas nossas instituições? Como cotas, denúncias de assédio, essas questões que vêm ganhando corpo.*

MHTA: Acho duas coisas diferentes. As cotas são absolutamente necessárias e a minha posição mudou com relação a isso. Comecei em um grupo de e-mail chamado norace, que defendia um argumento, digamos, mais liberal e meritocrático e fui me convencendo que não era isso, que era necessário compensar qualquer desigualdade inicial, como qualquer política social faz. É tentar, de alguma maneira, compensar as diferenças que vêm ou do gênero ou da posição social etc. Acho que as cotas constituíram importante política dos últimos 15 anos. Elas são necessárias e estão formando lideranças que são importantes para mudar um pouco a composição das elites, das lideranças políticas que ainda são bastante brancas e masculinas. A questão do assédio é muito importante. Agora, tenho desconforto com relação a um tipo de feminismo que enfatiza a dimensão de vitimização das mulheres. Eu fui ensinada a me defender, a não ser vítima. Acho também que, no nosso meio, certas questões que são privadas podem ser enfrentadas privadamente. Ao mesmo tempo, sei que há posições de poder e que, portanto, não se pode supor que as mulheres, em quaisquer circunstâncias, sejam capazes de se defender quando o assediador tem uma posição de poder. Acho que é um tema importante. A última atuação que tive na USP, depois de ser aposentada, foi ser Ouvidora-Geral da universidade. O trabalho da ouvidoria tem muita coisa chata, mas eu tinha uma assistente maravilhosa que resolvia as coisas pequenas. Acho que uma coisa que fiz lá foi ajudar – junto a outras pessoas muito mais importantes, como Eva Blay do USP-Mulheres e as colegas do coletivo Não Cala – a tornar mais visível essa questão do assédio. Peguei toda a história da faculdade de Medicina e vieram muitas denúncias de outras partes. Às vezes, essas denúncias são políticas. Por isso, é preciso agir com delicadeza e com critério. Peguei uns três casos em que, claramente, a acusação de assédio, na verdade, era uma questão de divergência política. Outra coisa que aprendi na ouvidoria da USP é que tem uma geração de homens velhos que nem percebem o que estão fazendo. Às vezes, recebia denúncias de condutas inadequadas leves, chamava a pessoa acusada e ele "caía da cadeira", se assustava. Ele nem percebia que não deveria ter certas atitudes. Enfim, é um tema importante, relevante, que tem que ser tratado com certa delicadeza, cuidado, porque as relações entre as pessoas são complexas. Não é preto e branco, não é claro sempre. É muito difícil. Nesse processo todo da USP, da faculdade de Medicina, Eva Blay – que tem uma experiência muito maior do que a minha – e eu ajudamos a universidade a tomar decisões acertadas e prudentes.

VEO: *Tem alguma outra questão que você gostaria de colocar?*

MHTA: Tenho. Uma parte importante da minha geração na área de Ciências Sociais nunca foi só acadêmica. Fiz a graduação e entrei na carreira durante a ditadura militar. Essa questão de ação pública, política e a vida acadêmica sempre estiveram muito juntas e sempre foi um esforço muito grande, para mim, separar uma da outra no sentido de que quando vou estudar, tenho que duvidar de tudo e quando faço política, tenho que acreditar em alguma coisa. Nem sempre é fácil. Tenho vários colegas que se perderam nesse rumo se politizando demais ou se academizando demais,

porém, para nós, é absolutamente impossível ser de outra forma. Fazia parte da nossa formação essa separação bem demarcada, pelo menos nas instituições em que estudei e trabalhei. Acho que isso marca os temas, talvez não seja nem tão bom marcar, porque a nossa tendência é sofrer uma influência muito grande da pauta política em nossa agenda de pesquisa. Tenho inveja de quem estuda o século XIX, porque, provavelmente, essa pessoa vai dizer coisas muito mais permanentes e interessantes do que quem está dando palpite sobre o que aconteceu vinte ou trinta anos atrás. Mas é assim, acho que todos nós somos assim. Eu sou assim, a Sonia Draibe é assim, o Wanderley Guilherme dos Santos, também. É uma geração que teve de lidar, de um lado, com construir instituições e formular certos critérios que são acadêmicos e, de outro, ter uma participação pública.

VEO: *Acho que é importante e faz diferença.*

MHTA: Faz diferença. Custei a entender que os alunos tinham uma entrada diferente, sobretudo estando na Ciência Política. Se fosse socióloga ou antropóloga, acho que teria resolvido essa questão mais rapidamente e saberia que era assim. Mas, às vezes, havia certo desencontro do que eles entendiam por política ou atuação pública e o que eu entendia. Acho que era uma questão geracional mesmo.

VEO: *Interessante esse olhar para compreender a história da Ciência Política no país.*

MHTA: Fernando Limongi, eu e a Andrea Freitas escrevemos aquele texto sobre a entrada do neoinstitucionalismo e uma das coisas que queremos mostrar é que alguns tinham um olhar institucional aqui e que isso não vinha só do debate acadêmico, mas do fato que se vivia um processo de transição para a democracia e, portanto, de construção de regras e instituições. Acho que há uma força da Ciência Política brasileira da minha geração que é muito alimentada pelas perguntas e pelos desafios da política do país.

VEO: *Mais alguma questão?*

MHTA: Não. Falei demais!

VEO: *Muito obrigada, Maria Hermínia.*